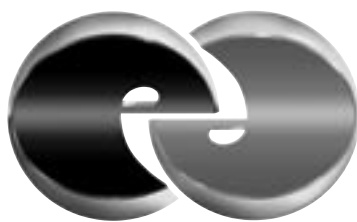


Demonstrações Financeiras 2002



GRUPO PÃO DE AÇÚCAR

Companhia Brasileira de Distribuição

Balança patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Circulante				
Caixa e bancos	119.440	119.008	141.463	137.418
Aplicações financeiras	991.454	910.671	993.695	910.671
Contas a receber	1.047.121	906.659	1.087.891	975.587
Estoques	868.727	618.437	980.794	686.103
Impostos a recuperar	269.834	73.370	347.891	77.429
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	12.151	23.275	12.351	23.307
Despesas antecipadas	22.736	16.055	24.138	17.171
Outros	139.772	58.443	144.799	59.045
	<u>3.471.235</u>	<u>2.725.918</u>	<u>3.733.022</u>	<u>2.886.731</u>
Realizável a longo prazo				
Contas a receber	18.774	36.683	285.735	223.798
Imposto de renda diferido e outros	32.876	39.702	257.753	105.067
Partes relacionadas	657.977	464.019	258	218
Depósitos para recursos judiciais	112.166	80.422	119.209	81.558
Despesas antecipadas	4.655	1.315	4.655	1.315
	<u>826.448</u>	<u>622.141</u>	<u>667.610</u>	<u>411.956</u>
Permanente				
Investimentos	659.902	133.180	271.088	123.884
Imobilizado	3.374.143	2.883.251	3.741.504	3.006.413
Diferido	760.444	764.151	774.466	852.155
	<u>4.794.489</u>	<u>3.780.582</u>	<u>4.787.058</u>	<u>3.982.452</u>
Total do ativo	<u>9.092.172</u>	<u>7.128.641</u>	<u>9.187.690</u>	<u>7.281.139</u>
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	1.335.926	736.951	1.409.616	813.525
Empréstimos e financiamentos	1.482.263	1.150.271	1.486.120	1.241.594
Debêntures	79.991	12.984	79.991	12.984
Salários e encargos sociais	85.971	81.116	98.030	101.267
Impostos e contribuições sociais a recolher	30.275	25.771	35.534	40.350
Dividendos propostos	59.441	60.774	59.441	60.774
Partes relacionadas	2.373	29.541	1.568	223
Provisão para passivo a descoberto de controladas	89.018	79.745		
Outros	50.253	74.789	59.108	109.803
	<u>3.215.511</u>	<u>2.251.942</u>	<u>3.229.408</u>	<u>2.380.520</u>
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	873.416	734.079	873.416	734.079
Debêntures	476.258	124.141	476.258	124.141
Provisão para contingências	907.370	587.239	988.991	611.159
Outros	27.577	27.350	27.577	27.350
	<u>2.284.621</u>	<u>1.472.809</u>	<u>2.366.242</u>	<u>1.496.729</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	2.749.774	2.252.361	2.749.774	2.252.361
Reservas de capital	344.242	348.292	344.242	348.292
Reservas de lucros	498.024	803.237	498.024	803.237
	<u>3.592.040</u>	<u>3.403.890</u>	<u>3.592.040</u>	<u>3.403.890</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>9.092.172</u>	<u>7.128.641</u>	<u>9.187.690</u>	<u>7.281.139</u>
Valor patrimonial por lote de mil ações do capital social - R\$	<u>31,74</u>	<u>30,11</u>		

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Receita operacional bruta	9.439.263	8.543.616	11.154.079	9.532.606
Impostos sobre vendas	(1.458.296)	(1.331.763)	(1.699.410)	(1.477.753)
Receita líquida das vendas	7.980.967	7.211.853	9.454.669	8.054.853
Custo das mercadorias vendidas	(5.820.503)	(5.183.894)	(6.809.588)	(5.807.652)
Lucro bruto	<u>2.160.464</u>	<u>2.027.959</u>	<u>2.645.081</u>	<u>2.247.201</u>
Despesas (receitas) operacionais				
Despesas com vendas	1.196.136	1.126.493	1.513.825	1.287.991
Gerais e administrativas	296.284	307.869	350.066	324.740
Depreciação e amortização	379.934	306.100	413.617	330.756
Impostos e taxas	58.150	37.383	71.456	43.118
Despesas financeiras	621.529	407.841	601.737	419.341
Receitas financeiras	(328.377)	(485.205)	(438.788)	(422.453)
Resultado de equivalência patrimonial	(351.788)	16.770	10.357	(2.995)
	<u>1.871.868</u>	<u>1.717.251</u>	<u>2.522.270</u>	<u>1.980.498</u>
Lucro operacional	288.596	310.708	122.811	266.703
Resultado não operacional	4.652	4.485	4.480	1.851
Lucro antes do imposto de renda	293.248	315.193	127.291	268.554
Imposto de renda	(48.126)	(64.460)	117.831	(17.821)
Lucro líquido do exercício	<u>245.122</u>	<u>250.733</u>	<u>245.122</u>	<u>250.733</u>
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - R\$	<u>2,17</u>	<u>2,22</u>		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subvenções p/ investimentos	Bônus de subscrição	Legal	Expansão	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2001	2.001.033	4.050	344.242	51.386	377.910	23.664	160.318	2.962.603
Aumentos de capital								
Conversão de debêntures	171.669							171.669
Integralização	79.659							79.659
Destinação de reserva					112.984		(112.984)	
Realização de reserva						(4.899)	4.899	
Lucro líquido do exercício							250.733	250.733
Reserva legal				12.537			(12.537)	
Dividendos propostos (R\$ 0,53753 por lote de mil ações)							(60.774)	(60.774)
Reserva de retenção de lucros							182.321	(182.321)
Em 31 de dezembro de 2001	<u>2.252.361</u>	<u>4.050</u>	<u>344.242</u>	<u>63.923</u>	<u>490.894</u>	<u>18.765</u>	<u>229.655</u>	<u>3.403.890</u>
Aumentos de capital								
Capitalização de reservas	494.944	(4.050)			(490.894)			
Integralização	2.469							2.469
Destinação de reserva					164.089		(164.089)	
Realização de reserva						(4.898)	4.898	
Lucro líquido do exercício							245.122	245.122
Reserva legal				12.256			(12.256)	
Dividendos propostos (R\$ 0,52516 por lote de mil ações)							(59.441)	(59.441)
Reserva de retenção de lucros							178.323	(178.323)
Em 31 de dezembro de 2002	<u>2.749.774</u>	<u>4.050</u>	<u>344.242</u>	<u>76.179</u>	<u>164.089</u>	<u>13.867</u>	<u>243.889</u>	<u>3.592.040</u>

Demonstração das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Origens de recursos				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	245.122	250.733	245.122	250.733
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Imposto de renda diferido	13.667	28.631	(152.686)	(18.008)
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	204.227	32.103	198.536	112.314
Equivalência patrimonial	(361.061)	(26.538)	10.357	(2.995)
Depreciação e amortização	379.934	306.100	413.617	330.756
Valor residual de ativos permanentes baixados	1.085	1.996	1.136	2.363
Provisão para contingências	199.057	41.239	239.767	64.565
	<u>682.031</u>	<u>634.264</u>	<u>955.849</u>	<u>739.728</u>
De acionistas				
Aumento de capital	2.469	35.348	2.469	35.348
De terceiros				
Empréstimos, financiamentos e outros exigíveis	667.673	378.411	540.456	379.930
Debêntures	401.490		401.490	
Transferência para o ativo circulante	24.210		31.685	
Capital circulante líquido inicial de controlada não consolidada no exercício anterior				13.723
Capital circulante líquido de controladas incorporadas	117.459	6.695		6.695
Total das origens	<u>1.895.332</u>	<u>1.054.718</u>	<u>1.931.949</u>	<u>1.175.424</u>
Aplicações dos recursos				
No realizável a longo prazo	187.443	26.756	95.322	35.138
No ativo permanente				
Investimentos	473.126	31.568	263.773	60.671
Imobilizado	670.375	499.540	717.162	507.589
Diferido		28.177		28.394
Transferências do exigível a longo prazo para o passivo circulante	723.199	211.317	755.446	215.304
Dividendos distribuídos e propostos	59.441	60.774	59.441	60.774
Capital circulante líquido inicial de controlada adquirida			43.402	87.593
Total das aplicações	<u>2.113.584</u>	<u>858.132</u>	<u>1.934.546</u>	<u>995.463</u>
Aumento (redução) no capital circulante	<u>(218.252)</u>	<u>196.586</u>	<u>(2.597)</u>	<u>179.961</u>
Variações no capital circulante				
Ativo circulante				
No fim do exercício	3.471.235	2.725.918	3.733.022	2.886.731
No início do exercício	2.725.918	2.559.334	2.886.731	2.685.105
	<u>745.317</u>	<u>166.584</u>	<u>846.291</u>	<u>201.626</u>
Passivo circulante				
No fim do exercício	3.215.511	2.251.942	3.229.408	2.380.520
No início do exercício	2.251.942	2.281.944	2.380.520	2.358.855
	<u>963.569</u>	<u>(30.002)</u>	<u>848.888</u>	<u>21.665</u>
Aumento (redução) no capital circulante	<u>(218.252)</u>	<u>196.586</u>	<u>(2.597)</u>	<u>179.961</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e outros que completam suas linhas de hipermercados, supermercados e lojas especializadas e de departamentos, representadas basicamente pelas denominações comerciais "Pão de Açúcar", "Extra", "Barateiro", "Comprebem" e "Eletrô". Em 31 de dezembro de 2002, a Companhia dispunha de 500 lojas em funcionamento (443 lojas em 31 de dezembro de 2001), sendo 415 lojas próprias, 18 lojas operadas pela controlada Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc"), 56 lojas operadas pela rede controlada Sé Supermercados Ltda. ("Sé") e 11 lojas operadas pela controlada Companhia Pernambucana de Alimentação ("CIPAL").

2 Principais práticas contábeis e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas incluem, portanto, várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Por serem estimativas é natural que os resultados reais possam apresentar variações.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(b) Ativos circulantes e realizável a longo prazo

Os estoques adquiridos pelos centros de distribuição são demonstrados ao custo médio e os adquiridos diretamente pelas lojas, ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério "Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair - PEPS", acrescidos dos custos de estocagem e manuseio e são inferiores aos valores de realização.

Os demais itens são apresentados ao valor de custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário.

(c) Permanente

Demonstrado ao custo corrigidos monetariamente até 1995 combinado com os seguintes aspectos:

- Participação nos investimentos em controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 7).
- Depreciação de bens do imobilizado pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- Amortização de parcelas de ágios, decorrentes de expectativa de rentabilidade futura e de fundos de comércio, da variação cambial diferida e de gastos pré-operacionais, nos prazos descritos nas Notas 7 e 9.

(d) Passivos circulantes e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

(e) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação societária brasileira e Instrução nº 247 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia, e as de suas subsidiárias Novasoc, Mogi Supermercados S.A. ("Mogi"), ABC Supermercados S.A. ("ABC"), Sé e CIPAL.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora no resultado da investida, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

De conformidade com a Instrução nº 247 da CVM, as demonstrações financeiras das outras empresas subsidiárias Ponte do Ó Veículos e Peças Ltda. ("Ponte do Ó"), Supermercados Mirambava Ltda. ("Mirambava") e Companhia Progresso de Alimentos ("Progresso"), não foram consolidadas às demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista o objetivo da administração de descontinuar as operações dessas empresas que, inclusive, já foram incorporadas (Nota 7(c)).

Além das empresas citadas anteriormente, as demonstrações financeiras da controlada integral CBD Technology, Inc. ("CBD Tech") não foram consolidadas às demonstrações financeiras da Companhia, por não representarem alterações relevantes na unidade econômica consolidada.

3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, são remuneradas substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Circulante				
Cartão de crédito	542.637	443.774	644.089	517.302
Credidiário	225.018	287.811	233.809	301.834
Tiquetes de venda e outros	115.287	86.735	124.007	91.855
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	103.735	81.318	116.310	106.359
Contas a receber – Controladora e controladas	90.508	46.798	863	
Provisão para devedores duvidosos	<u>(30.064)</u>	<u>(39.777)</u>	<u>(31.187)</u>	<u>(41.763)</u>
	<u>1.047.121</u>	<u>906.659</u>	<u>1.087.891</u>	<u>975.587</u>
Longo prazo				
Credidiário e outros	18.774	36.683	19.190	38.322
Contas a receber - Paes Mendonça			266.545	185.476
	<u>18.774</u>	<u>36.683</u>	<u>285.735</u>	<u>223.798</u>

As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até 12 meses e são administradas por terceiros.

As operações com crediário são pactuadas com encargos financeiros prefixados de 3,99 a 7,49% (2001 – 2,5 a 7,9%) ao mês e com prazos de vencimento de até 24 meses.

As vendas financiadas representam cheques pré-datados com taxa prefixada de juros no final do exercício de até 6,9% (2001 - 6,9%) ao mês e prazos não superiores a 60 dias.

As contas a receber de controladas (Novasoc, CIPAL e Sé) referem-se à venda de mercadorias para abastecimento de lojas por parte da Companhia.

Contas a receber - Paes Mendonça - referem-se a créditos pelo pagamento de obrigações assumidas pela Novasoc por conta do arrendamento ou opção de compra efetuado junto à Paes Mendonça S.A. ("Paes Mendonça"). Conforme disposições contratuais, foram recebidas garantias representadas por fundos de comércio de lojas operadas atualmente pela Novasoc.

A provisão para devedores duvidosos é constituída considerando a média de perdas efetivas em períodos anteriores, complementada pela análise da administração sobre as prováveis perdas com os créditos em aberto:

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Crediário	(27.826)	(37.701)	(28.579)	(39.355)
Vendas financiadas (cheques pré-datados)	(2.238)	(2.076)	(2.608)	(2.408)
	<u>(30.064)</u>	<u>(39.777)</u>	<u>(31.187)</u>	<u>(41.763)</u>

Diretrizes básicas para constituição da provisão:

- Crediário - com base no índice histórico de perdas apurado nos últimos 12 meses; baixa de créditos vencidos há mais de 180 dias contra a provisão.
- Vendas financiadas (cheques pré-datados) - com base no índice médio histórico de devolução e recuperação desses cheques, apurado nos últimos 12 meses; baixas dos cheques sem suficiência de fundos dá-se após todos os procedimentos legais, sendo então debitados contra a provisão.
- Cartão de crédito e "tickets" de vendas - não é constituída provisão para devedores duvidosos sobre os saldos de cartões de crédito e "tickets", pois os riscos de crédito são assumidos substancialmente por terceiros.

5 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Nas lojas	534.817	409.773	629.680	464.013
Nos centros de distribuição	333.910	208.664	351.114	222.090
	<u>868.727</u>	<u>618.437</u>	<u>980.794</u>	<u>686.103</u>

6 Saldos e transações com partes relacionadas

	2002					2001	
	Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio	Novasoc	Sé	CIPAL	Outros	Total	Total
Saldos							
Contas a receber	863	46.307	39.610	3.728		90.508	46.798
Comissão mercantil a receber (a pagar)	(1.568)	19.727	637.992	(805)	258	655.604	434.478
Transações							
Serviços prestados e alugueis	6.064	23.013	3.852	527		33.456	30.304
Vendas líquidas		144.386	165.466	7.972		317.824	307.335
Receitas financeiras, líquidas	14	33.268	2.365	(58)		35.589	91.873

As operações realizadas com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Os contratos de comissão mercantil com partes relacionadas estão sujeitos a encargos equivalentes à taxa de administração de comissão mercantil. As vendas de mercadorias referem-se ao abastecimento das lojas, principalmente da Novasoc e Sé, pelo centro de distribuição da Companhia e foram efetuadas substancialmente a preço de custo.

7 Investimentos

(a) Informações sobre os investimentos em 31 dezembro de 2002

	Ações/quotas possuídas	Participação no capital social - %	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período
Novasoc	1.000	10,00	10	(89.018)	(9.273)
CBD Tech	1.000	99,99	25.843	19.007	(6.369)
Sé	996.806.689	99,99	996.807	640.659	247.827

(b) Movimentação de investimentos

	Controladora										Consolidado
	Novasoc	Mogi	Progresso	Ponte do Ó	Mirambava	ABC	CBD Tech	Sé	Outros	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2001		68.758					8.862		780	78.400	480.829
Adições											
Custo			1.007	2.310	50		4.883			8.250	22.497
Ágio			14.021	7.653	1.644					23.318	23.318
Equivalência patrimonial	(43.308)	23.543					2.995			(16.770)	2.995
Amortização de ágio		(3.278)			(48)					(3.326)	(5.600)
Transferência por incorporação											
Imobilizado											(44.022)
Diferido											(342.426)
Outros passivos (ativos) líquidos											(13.707)
Transferência para provisão para passivo a descoberto	43.308									43.308	
Em 31 de dezembro de 2001		89.023	15.028	9.963	1.646		16.740		780	133.180	123.884
Adições											
Custo						86.740		136.507		223.247	13.894
Ágio								249.879		249.879	249.879
Equivalência patrimonial	(9.273)	53.219				57.748	2.267	247.827		351.788	(10.357)
Baixa									(544)	(544)	
Amortização de ágio		(3.730)			(258)					(3.988)	(2.701)
Transferência por incorporação											
Investimentos		(6.446)						6.446			
Imobilizado			(15.028)	(10.080)		(37.976)				(63.084)	(29.626)
Diferido		(48.028)		(362)	(1.338)	(91.871)				(141.599)	(74.314)
Outros passivos (ativos) líquidos		(84.038)		479	(50)	(14.641)				(98.250)	429
Transferência para provisão para passivo a descoberto	9.273									9.273	
Em 31 de dezembro de 2002							19.007	640.659	236	659.902	271.088

(i) Novasoc: Em 10 de maio de 1999, a Companhia adquiriu 10% das quotas da Novasoc que, em 30 de abril de 1999, havia arrendado 25 lojas da rede Paes Mendonça (em 31 dezembro de 2002 – 18 lojas). A sociedade Paes Mendonça continuará existindo e é, contratualmente, a responsável única e integral por todas e quaisquer obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza. A vigência do contrato é de cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período duas vezes consecutivas mediante a notificação da Novasoc à Paes Mendonça. Durante a vigência do referido contrato, os acionistas da Paes Mendonça não poderão alienar suas ações sem a prévia e expressa concordância da Novasoc. Conforme previsto no contrato social, a distribuição dos resultados da Novasoc poderá ser feita de forma desproporcional à participação no capital social da empresa. Em reunião de quotistas, realizada em 29 de dezembro de 2000, foi acordado que a Companhia participará em 99,98% dos resultados.

(ii) Durante o exercício de 2002, a Companhia adquiriu as empresas a seguir:

- Em 30 de junho de 2002, a Companhia adquiriu, por meio de sua controlada Mogi, a empresa CIPAL, com 12 lojas localizadas em Recife, Pernambuco, anteriormente franqueadas, sob a marca Comprebem, pelo valor de R\$ 6.709. Nessa operação foi apurado ágio de R\$ 1.948. Por ocasião da incorporação da controlada Mogi, conforme descrito a seguir, o investimento mantido na CIPAL foi transferido para a controlada Sé.
- Em 30 de junho de 2002, a Companhia adquiriu a rede Sé, com 60 lojas localizadas em 20 municípios do Estado de São Paulo por R\$ 386.386, dos quais R\$ 124.422 referem-se a dívidas financeiras do Sé assumidas pela Companhia e R\$ 11.386 referem-se ao ajuste de preço apurado com base no montante do capital de giro. Nessa operação foi apurado ágio no montante de R\$ 249.879.

Os ágios apurados nas aquisições dessas empresas, estão fundamentados em laudos emitidos por peritos independentes com sustentação, principalmente, na expectativa de rentabilidade futura e na mais-valia dos ativos imobilizados, e estão sendo amortizados de acordo com a rentabilidade projetada das lojas adquiridas e/ou em consonância com os prazos de depreciação dos ativos que os geraram, quando aplicável, no prazo máximo de dez anos. Nas incorporações, as parcelas relativas à expectativa de rentabilidade futura, foram transferidas para o ativo diferido (Nota 9).

(iii) Em 31 de dezembro de 2002, a controlada Novasoc apresentava passivo a descoberto. Tendo em vista a continuidade operacional e viabilidade econômica futura dessa controlada, garantida pela controladora, a Companhia registrou o montante de R\$ 89.018 (2001 - R\$ 79.745), na rubrica "Provisão para passivo a descoberto de controladas", em reconhecimento de sua obrigação perante os credores.

(c) Investimentos incorporados

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2002, foi aprovada a incorporação das subsidiárias a seguir: ABC, Mogi, Progresso, Ponte do Ó e Mirambava, cujos acervos patrimoniais líquidos, apresentados na data da incorporação, encontram-se resumidos a seguir:

	ABC	Mogi	Progresso	Ponte do Ó	Mirambava	Total
Ativo circulante	276.422	84.038		5	50	360.515
Realizável a longo prazo	366.438					366.438
Permanente	100.743	6.446	1.007	2.689		110.885
Passivo circulante	(56.404)			(484)		(56.888)
Exigível a longo prazo	(571.815)					(571.815)
Patrimônio líquido	115.384	90.484	1.007	2.210	50	209.135

8 Imobilizado

	Controladora				Consolidado				Taxas anuais de depreciação - %
	2002		2001		2002		2001		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	747.226		747.226	700.567	795.575		795.575	702.370	
Edifícios	1.728.060	213.545	1.514.515	1.180.901	1.787.722	218.828	1.568.894	1.188.966	3,33
Benfeitorias e melhoramentos	862.263	269.435	592.828	493.087	1.100.497	339.159	761.338	557.866	5 a 20
Equipamentos	729.953	401.668	328.285	303.383	802.549	432.804	369.745	327.651	10 a 33
Instalações	297.500	186.066	111.434	135.390	377.486	224.887	152.599	148.448	20
Móveis e utensílios	110.575	54.942	55.633	40.145	124.332	60.155	64.177	47.540	10
Veículos	22.689	17.204	5.485	8.434	26.896	20.191	6.705	9.431	20
Imobilizações em andamento	9.887		9.887	12.746	13.610		13.610	14.209	
Outros	11.089	2.239	8.850	8.598	11.119	2.258	8.861	9.932	10 a 20
	<u>4.519.242</u>	<u>1.145.099</u>	<u>3.374.143</u>	<u>2.883.251</u>	<u>5.039.786</u>	<u>1.298.282</u>	<u>3.741.504</u>	<u>3.006.413</u>	

Inversões no ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Inversões (i)	636.181	424.251	682.968	432.300
Juros capitalizados (ii)	34.194	31.267	34.194	31.267
	<u>670.375</u>	<u>455.518</u>	<u>717.162</u>	<u>463.567</u>
Incorporações (iii)	63.084	44.022		44.022
	<u>733.459</u>	<u>499.540</u>	<u>717.162</u>	<u>507.589</u>

(i) As inversões efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, ampliação dos centros de distribuição existentes, reformas de diversas lojas, investimentos em equipamentos e aquisição de ativos das empresas adquiridas.

(ii) De conformidade com a Deliberação CVM nº 193, estão sendo capitalizados, durante o processo de construção ou reforma das lojas da Companhia, os juros e encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, direta ou indiretamente atribuíveis ao processo de aquisição, construção e expansão operacional. A alocação dos juros e encargos financeiros ao resultado é feita em consonância com os prazos de depreciação dos correspondentes ativos.

(iii) Vide Nota 7 (c).

As imobilizações em andamento referem-se aos gastos incorridos nas reformas e construções de diversas lojas e dos centros de distribuição da Companhia, Novasoc e Sê.

9 Diferido

	Controladora				Controladas			Consolidado
	Ágios	Varição cambial	Gastos pré-operacionais e outros	Subtotal	Ágios	Gastos pré-operacionais e outros	Subtotal	Total
Em 1º de janeiro de 2001	328.013	40.298	145.579	513.890		31.048	31.048	544.938
Adições	1.864		26.313	28.177	65.152	2.350	67.502	95.679
Baixas	(150)		(61)	(211)		(95)	(95)	(306)
Amortização	(58.493)	(17.910)	(43.728)	(120.131)	(1.724)	(8.727)	(10.451)	(130.582)
Transferido de investimentos	342.426			342.426				342.426
Em 31 de dezembro de 2001	613.660	22.388	128.103	764.151	63.428	24.576	88.004	852.155
Amortização	(86.005)	(17.910)	(41.391)	(145.306)	(2.586)	(10.554)	(13.140)	(158.446)
Transferido de incorporação	141.599			141.599	(60.842)		(60.842)	80.757
Em 31 de dezembro de 2002	669.254	4.478	86.712	760.444		14.022	14.022	774.466

(a) Ágios

Nas incorporações, as parcelas originalmente registradas na rubrica de investimentos - como ágio fundamentado, principalmente, na expectativa de rentabilidade futura - foram transferidas para o ativo diferido e continuarão a ser amortizadas nos prazos e extensões das projeções de rentabilidade que os determinaram.

(b) Variação cambial

Conforme autorizado pela Lei Federal nº 9.816/99 de 23 de agosto de 1999 e a Deliberação CVM nº 294 de 26 de março de 1999, a Companhia optou por registrar no ativo diferido, parcela do resultado líquido negativo decorrente das variações das taxas de câmbio ocorridas no primeiro trimestre de 1999, no montante de R\$ 71.639, que está sendo amortizado de forma linear no prazo máximo de quatro anos.

(c) Gastos pré-operacionais e outros

Referem-se a gastos pré-operacionais (incluindo remuneração dos funcionários, treinamento e aluguel), diferidos até que as lojas em construção e/ou reforma passem a operar normalmente. Esses gastos são amortizados no prazo de até cinco anos. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2002, esses gastos passaram a ser integralmente reconhecidos no resultado do exercício, na medida em que os mesmos ocorrem.

10 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
		2002	2001	2002	2001
Curto prazo					
Em moeda local					
BNDES (i)	Varição cambial + 3,5%	40.933	24.639	40.933	24.639
	TJLP + 1 a 3,5%	142.326	129.870	142.326	129.870
	Varição cambial/TJLP + 4 a 4,1%	14.270		14.270	
Capital de giro	21,9% e TJLP + 3,5% (2001 - 20,6%)	3.063	1.965	3.063	3.165
Em moeda estrangeira com swap para reais (ii)					
Capital de giro	96,5 a 108,9% do CDI (2001 - 96 a 104,5% do CDI)	1.264.294	972.452	1.268.151	1.062.575
Importações	Varição cambial (2001 - LIBOR + 1,2 a 2,7%)	17.377	21.345	17.377	21.345
		1.482.263	1.150.271	1.486.120	1.241.594
Longo prazo					
Em moeda local					
BNDES (i)	Varição cambial + 3,5%	40.904	51.662	40.904	51.662
	TJLP + 3,5%	239.821	363.911	239.821	363.911
	Varição cambial/TJLP + 4 a 4,1%	45.626		45.626	
Capital de giro	TJLP + 3,5%	2.973	1.397	2.973	1.397
Em moeda estrangeira com swap para reais					
Capital de giro	100 a 105% do CDI (2001 - 96,5 a 104,1% do CDI)	544.092	317.109	544.092	317.109
		873.416	734.079	873.416	734.079

Financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	Controladora e consolidado	
	2002	2001
2003		471.477
2004	540.236	101.566
2005	204.692	82.665
2006	72.566	55.089
2007	55.922	23.282
	873.416	734.079

(i) Os contratos com o BNDES exigem a manutenção, por parte da Companhia, de certos níveis de capitalização e liquidez corrente e a integralização dos créditos no programa de investimentos da Companhia, com a construção/reforma de lojas e compra de equipamentos. A administração mantém efetivo controle de acompanhamento das cláusulas restritivas, não tendo ocorrido descumprimento das mesmas. A empresa controladora ofereceu fiança, responsabilizando-se solidariamente até a liquidação dos contratos.

(ii) Os empréstimos de capital de giro estão representados substancialmente por captações com encargos financeiros prefixados e utilizados em operações de crédito direto ao consumidor, principalmente crediário e cheques pré-datados, bem como para o financiamento de aquisições, construções e expansão operacional.

Como forma de minimizar os efeitos das variações cambiais dos empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações de "swap" vinculados a variação do CDI.

Em garantia dos empréstimos de capital de giro, foram oferecidos notas promissórias e avais dos acionistas.

11 Debêntures

(a) Composição das debêntures em aberto

	Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais	2002	2001
2ª emissão - 1ª série	Subordinada	1.850	IGP-M + 13%	2.312	1.910
2ª série	Subordinada	25.000	IGP-M + 13%	16.175	25.809
4ª emissão - série única	Flutuante	99.908	TJLP + 3,5%	115.115	109.406
5ª emissão - 1ª série	Flutuante	40.149	CDI + 1,45%	422.647	
				556.249	137.125
Exigível a longo prazo				(476.258)	(124.141)
Passivo circulante				79.991	12.984

Debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	2002	2001
2003		53.117
2004	37.328	35.512
2005	37.440	35.512
2007	401.490	
	476.258	124.141

(b) Quinta emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 4 de outubro de 2002, foi deliberada a realização da 5ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de até R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais). A 5ª emissão será realizada em número indeterminado de séries e colocação pública de debêntures, contendo as seguintes principais características:

- a 1ª série da 5ª emissão será composta por até 50.000 debêntures, e as demais séries serão compostas por até 10.000 debêntures;
- data de início da emissão: 1º de outubro de 2002;
- forma e espécie: espécie sem garantias, nem preferências, e não conversíveis em ações da Companhia;
- valor nominal: as debêntures da 1ª série terão valor nominal unitário de R\$10;
- remuneração e repactuação: as debêntures serão remuneradas com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescida de *spread* de 1,45% ao ano, base 252 dias sendo essa remuneração, vencível semestralmente a partir da data da emissão. A remuneração das debêntures da 1ª série será repactuada no 24º mês, contado a partir da data de emissão; e
- vencimento: as debêntures da 1ª série terão prazo de 60 meses, contados a partir da data de emissão, vencendo-se em 1º de outubro de 2007.
- As despesas com a colocação das debêntures, representadas principalmente por comissão, foram registradas em despesas antecipadas e estão sendo apropriadas de acordo com o prazo de vencimento das debêntures.

12 Provisão para contingências

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
COFINS e PIS (i)	469.969	239.407	533.850	255.294
INSS (ii)	234.381	190.186	235.677	190.864
Imposto de renda (iii)	91.286	89.048	92.519	89.048
CPMF (iv)	90.672	56.180	100.869	60.651
Trabalhistas e outros	21.062	12.418	26.076	15.302
	907.370	587.239	988.991	611.159

A Companhia vem se defendendo, nas diversas esferas judiciais, de processos de natureza tributária e trabalhista. Apenas os casos em que seus assessores jurídicos, internos ou externos, consideram remotas as possibilidades de êxito, a Companhia constituiu provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

- (i) A Companhia obteve sentença favorável, em 1ª instância, concedendo-lhe o direito de não aplicar o disposto na Lei nº 9.718/98, permitindo o recolhimento da COFINS nos termos da Lei Complementar no. 70/91 (2% sobre o faturamento) e do PIS nos moldes da Lei nº 9.715/98 (0,65% sobre o faturamento), a partir de 1º de fevereiro de 1999.
- (ii) A Companhia obteve tutela antecipada, autorizando a compensação de valores que considera indevidamente recolhidos, a título de contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho - SAT e Salário-educação, com créditos vincendos das mesmas contribuições devidas ao INSS patronal. Portanto, os valores apurados não foram recolhidos, e são mantidos na provisão para contingências - INSS até o desfecho da questão. Cumprindo determinação judicial, para ter o direito à compensação dos valores que considera indevidamente recolhidos a título de Salário-educação, a Companhia caucionou Títulos da Dívida Pública.
- (iii) Na rubrica Imposto de renda, estão registrados os questionamentos envolvendo esse tributo, bem como o reconhecimento, com base em medida judicial, dos efeitos da depreciação dos bens do ativo permanente decorrente da diferença de correção monetária do denominado "Plano Verão".
- (iv) A Companhia obteve liminar suspendendo a obrigatoriedade de retenção e recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF instituída pela "Emenda 21/99". Adicionalmente a Companhia obteve tutela antecipada com efeito suspensivo da aplicabilidade da Circular Bacen nº 3001/2000.

13 Imposto de renda

(a) Reconciliação do imposto de renda

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Lucro antes do imposto de renda	293.248	315.193	127.291	268.554
Imposto de renda à alíquota nominal	73.312	78.798	31.823	67.138
Incentivos fiscais de imposto de renda	(108)	(1.719)	(108)	(1.719)
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto de controlada	(85.788)	4.193	1.592	(828)
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal de sociedades controladas			(166.584)	(24.155)
Outros ajustes permanentes líquidos (adições/exclusões)	60.710	(16.812)	15.446	(22.615)
Imposto de renda efetivo	<u>48.126</u>	<u>64.460</u>	<u>(117.831)</u>	<u>17.821</u>
Imposto de renda do exercício				
Corrente	34.459	35.829	34.855	35.829
Diferido	<u>13.667</u>	<u>28.631</u>	<u>(152.686)</u>	<u>(18.008)</u>
	<u>48.126</u>	<u>64.460</u>	<u>(117.831)</u>	<u>17.821</u>

(b) Imposto de renda diferido

Atendendo às disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e 371/02, em 31 de dezembro de 2002, a Companhia mantinha registrado, no ativo realizável a longo prazo, com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, crédito fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e diferenças temporárias, no montante de R\$ 32.876 (2001 - R\$ 39.702); consolidado - R\$ 257.753 (2001 - R\$ 105.067), cujo prazo de realização é estimado em até cinco anos, como segue.

	Controladora	Consolidado
2003	32.876	103.125
2004		57.624
2005		70.982
2006		26.022
	<u>32.876</u>	<u>257.753</u>

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social e direitos das ações

O capital autorizado da Companhia é de 150.000.000.000 de ações. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 113.186.139.433 (2001 - 113.061.139.433) ações nominativas sem valor nominal, sendo 63.470.811.399 ações ordinárias com direito a voto e 49.715.328.034 (2001 - 49.590.328.034) ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e no recebimento de um dividendo mínimo anual de R\$ 0,15 por lote de mil ações, não cumulativo.

Aos titulares de ações de qualquer espécie serão atribuídos, em cada exercício, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos da legislação societária brasileira.

(b) Aumentos de capital

(i) Movimentação do capital social e da quantidade de ações em 2002

	Capital social	Quantidade de ações - mil	
		Preferenciais	Ordinárias
Em 31 de dezembro de 2001	2.252.361	49.590.328	63.470.811
Capitalização de reservas	494.944		
Integralização			
Opção de compra de ações (Nota 14(e))			
Série II	2.396	120.900	
Série III	73	4.100	
	2.469	125.000	
Em 31 de dezembro de 2002	2.749.774	49.715.328	63.470.811

(c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva para expansão: montante aprovado pelos acionistas visando manter recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante mediante a destinação de até 90% do lucro líquido remanescente após as determinações legais.
- (iii) Reserva de lucros a realizar: essa reserva está sendo realizada na proporção de realização do ativo permanente que gerou o referido saldo credor.
- (iv) Retenção de lucros: o saldo em 31 de dezembro de 2002 está à disposição da Assembléia Geral dos Acionistas para destinação.

(d) Dividendos propostos

Em 31 de dezembro de 2002, a administração propôs, para deliberação da Assembléia Geral Ordinária - AGO, dividendos a serem distribuídos, calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	245.122
Realização de lucros a realizar	4.898
Reserva legal	<u>(12.256)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>237.764</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$ 0,52516 por lote de mil ações)	<u>59.441</u>

Os dividendos a serem distribuídos serão destinados do lucro líquido auferido no exercício de 2002.

(e) Plano de opção de compra de ações preferenciais

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 1997, aprovou o plano de opção de outorga de compra de ações preferenciais para administradores e empregados da Companhia, sendo a primeira outorga correspondente ao ano de 1996.

O preço de cada lote é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção. O percentual poderá variar para cada beneficiário ou série.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da opção (1ª tranche) e (ii) 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da opção (2ª tranche), ficando condicionada uma quantidade de ações com vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria do beneficiário.

O exercício das opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações estão resumidas a seguir:

Ações preferenciais (milhares)

Opções concedidas	
Série I - 9 de maio de 1997	278.600
Série II - 22 de dezembro de 1997	373.200
Série III - 18 de dezembro de 1998	1.007.074
Série IV - 31 de março de 2000	305.975
Série V - 2 de abril de 2001	361.660
Série VI - 15 de março de 2002	412.600
	2.739.109
Opções não concedidas	
	2.319.765
Volume global objeto do plano	5.058.874
Opções exercidas	
Série I - 15 de dezembro de 1999 (1ª tranche)	(138.950)
Série II - 13 de dezembro de 2000 (1ª tranche)	(172.100)
Série I - 7 de dezembro de 2001 (2ª tranche)	(90.600)
Série III - 7 de dezembro de 2001 (1ª tranche)	(500.785)
Série III - 10 de abril de 2002 (1ª tranche)	(3.400)
Série II - 19 de dezembro de 2002 (2ª tranche)	(120.900)
Série III - 19 de dezembro de 2002 (1ª tranche - parcial)	(700)
	4.031.439

15 Instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo taxas de juros tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

As operações são realizadas por intermédio da área de operações financeiras de acordo com estratégia previamente aprovada pela diretoria.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

(b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os montantes dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, registrados em contas patrimoniais, estão ajustados pelos valores de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos proporcionais contratados, já refletindo assim o valor de mercado.

Objetivando a troca dos encargos financeiros dos empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contratou operação de "swap", fixando os referidos encargos à variação do CDI, que reflete o valor de mercado.

(c) Concentração de risco de crédito

As vendas financiadas da Companhia são pulverizadas entre grande número de clientes. A Companhia administra o risco de crédito por meio de um rigoroso programa de qualificação e concessão de crédito.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

16 Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2002, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, é resumida como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Incêndio e riscos diversos	4.152.356
Numerário	Roubo	33.599

Adicionalmente, a Companhia mantém apólice específica para responsabilidade civil.

17 Eventos subsequentes

Em 17 de janeiro de 2003, a Companhia adquiriu, por R\$ 2 milhões, a empresa Golden Auto Posto Ltda., cujo acervo principal está representado substancialmente por um posto de gasolina localizado em Osasco, São Paulo.

Informações suplementares às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2002 e de 2001.

A Companhia está apresentando a seguir, como informação suplementar, as demonstrações do fluxo de caixa elaboradas de acordo com a NPC-20 do IBRACON considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia, e do valor adicionado elaborado de acordo com o Ofício Circular CVM nº 01/00.

(a) Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	245.122	250.733	245.122	250.733
Ajuste para reconciliação do lucro líquido				
Imposto de renda diferido	13.667	28.631	(152.686)	(18.008)
Valor residual de ativos permanentes baixados	1.085	1.996	1.136	2.363
Depreciação e amortização	379.934	306.100	413.617	330.756
Juros e variações monetárias, líquidos dos pagos	171.419	(9.385)	168.932	70.338
Equivalência patrimonial	(361.061)	16.770	10.357	(2.995)
Provisão para contingências	209.657	47.148	239.767	70.588
	<u>659.823</u>	<u>641.993</u>	<u>926.245</u>	<u>703.775</u>
(Aumento) diminuição de ativos				
Contas a receber	(17.646)	(23.241)	(57.201)	(21.452)
Adiantamento a fornecedores e funcionários	11.126	(5.307)	10.956	(5.256)
Estoques	(231.508)	109.416	(294.691)	127.376
Impostos a recuperar	(186.475)	(37.244)	(270.462)	(43.738)
Outros ativos	(82.519)	(47.299)	(157.081)	(52.702)
Partes relacionadas	(193.121)	(3.276)	1.345	(20.654)
Depósitos judiciais	(24.707)	(8.461)	(32.516)	(9.370)
	<u>(724.850)</u>	<u>(15.412)</u>	<u>(799.650)</u>	<u>(25.796)</u>
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	572.080	(227.408)	596.091	(223.933)
Salários e encargos sociais	1.658	2.828	(3.237)	18.533
Impostos e contribuições sociais a recolher	(530)	(20.210)	44.699	(48.005)
Demais contas a pagar	(16.029)	1.265	(10.321)	4.448
	<u>557.179</u>	<u>(243.525)</u>	<u>627.232</u>	<u>(248.957)</u>
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	492.152	383.056	753.827	429.022
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de empresas	(407.629)	(93.712)	(274.991)	(122.661)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(664.017)	(526.130)	(960.417)	(534.179)
Aumento no ativo diferido		(28.177)		(28.394)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.071.646)	(648.019)	(1.235.408)	(685.234)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	2.469	9.905	2.469	9.905
Financiamentos				
Captações e refinanciamentos	2.331.923	1.718.658	2.297.616	1.786.982
Pagamentos	(1.612.909)	(1.205.995)	(1.670.661)	(1.279.608)
Pagamento de dividendos	(60.774)	(80.135)	(60.774)	(80.135)
Juros sobre o capital próprio pagos		(24.880)		(24.880)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	660.709	417.553	568.650	412.264
Aumento líquido no caixa e equivalentes	81.215	152.590	87.069	156.052
Caixa e equivalentes no fim do exercício	1.110.894	1.029.679	1.135.158	1.048.089
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.029.679	877.089	1.048.089	892.037
Variação no caixa e equivalentes	81.215	152.590	87.069	156.052
Informações suplementares de fluxo de caixa				
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	356.458	229.437	366.172	236.309

(b) Demonstração do valor adicionado

	Controladora				Consolidado			
	2002	%	2001	%	2002	%	2001	%
Receitas								
Vendas de mercadorias	9.439.263		8.543.616		11.154.079		9.532.606	
Baixa de créditos	(44.299)		(48.561)		(45.400)		(49.318)	
Não operacionais	4.652		4.485		4.480		1.851	
	<u>9.399.616</u>		<u>8.499.540</u>		<u>11.113.159</u>		<u>9.485.139</u>	
Insumos adquiridos de terceiros								
Custo das mercadorias vendidas	(6.668.739)		(5.930.684)		(7.818.951)		(6.654.552)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(585.881)</u>		<u>(648.621)</u>		<u>(773.995)</u>		<u>(742.373)</u>	
Valor adicionado bruto	2.144.996		1.920.235		2.520.213		2.088.214	
Retenções								
Depreciação e amortização	<u>(379.934)</u>		<u>(306.100)</u>		<u>(413.617)</u>		<u>(330.756)</u>	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.765.062		1.614.135		2.106.596		1.757.458	
Recebido em transferência								
Equivalência patrimonial	351.788		(16.770)		(10.357)		2.995	
Receitas financeiras	<u>328.377</u>		<u>485.205</u>		<u>438.788</u>		<u>422.453</u>	
Valor adicionado total a distribuir	2.445.227	100,0	2.082.570	100,0	2.535.027	100,0	2.182.906	100,0
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e encargos	(672.437)	27,5	(579.927)	27,8	(794.992)	31,1	(635.933)	29,1
Impostos, taxas e Contribuições	(765.356)	31,3	(697.283)	33,5	(701.914)	27,5	(706.373)	32,3
Juros e aluguéis	(762.312)	31,2	(554.627)	26,6	(792.999)	31,8	(589.867)	27,0
Juros s/capital próprio e Dividendos	<u>(59.441)</u>	2,4	<u>(60.774)</u>	2,9	<u>(59.441)</u>	2,3	<u>(60.774)</u>	2,8
Retenção de lucros	<u>185.681</u>	7,6	<u>189.959</u>	9,2	<u>185.681</u>	7,3	<u>189.959</u>	8,8



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

14 de fevereiro de 2003

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Brasileira de Distribuição

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Brasileira de Distribuição e os balanços patrimoniais consolidados da Companhia Brasileira de Distribuição e suas controladas em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia Brasileira de Distribuição e as demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Distribuição e da Companhia Brasileira de Distribuição e suas controladas em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Companhia Brasileira de Distribuição dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras. Essas demonstrações, em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Henrique Luz
Sócio
Contador CRC 1RJ045789/T-2 "T" SP 002332



GRUPO PÃO DE AÇÚCAR
Companhia Brasileira de Distribuição